

### ***As experiências de rua***

CORDEIRO, Graça I. e VIDAL, Frédéric (orgs.). *A rua: espaço, tempo, sociabilidade*. Lisboa, Livros Horizonte, 2008 (col. Horizonte Universitário, n. 78). 174 páginas.

*Heitor Frígoli Jr.*

Duas idéias básicas norteiam a presente coletânea:<sup>1</sup> falar da rua significa torná-la lugar estratégico de observação da vida cidadina; assumir a leitura da cidade a partir desse ponto de vista leva à constatação de um paradoxo – existe uma “idéia de rua” que transborda de imagens e representações, mas com um limitado conhecimento empírico destes espaços, como “experiências de rua”. Trata-se assim de enfrentar realidades concretas – espaços, situações, atores, processos –, não as tomando como unidades definidas *a priori*, mas construídas “de perto”, com atenção às mudanças históricas. Isso se torna possível pela conjunção de olhares principalmente da antropologia e da história, que enfocam a rua como lugar de troca e circulação de saberes disciplinares, o que não significa interdisciplinaridade (“Introdução”, pp. 9-10).

O primeiro capítulo, de Michel Agier – “O ‘acampamento’, a cidade e o começo da política” (pp. 17-25) –, centrado em suas etnografias mais recentes em campos de refugiados africanos, poderia suscitar inicialmente um estranhamento quanto à sua inserção no livro, mas isso se relativiza à medida que os argumentos se desdobram, sobretudo em vista do lugar da cidade em sua prática antropológica. Sinteticamente, há algo na pesquisa urbana que talvez não se apreenda alhures; o contexto relacional produzido nas cidades, com suas descontinuidades e territorialidades próprias, não corresponde apenas à justaposição de culturas; cabe observar e relacionar as situações de interação nos seus respectivos contextos (Agier, 1999, 2006). A observação sistemática de diversos campos de refugiados tem permitido ao autor um *approach* de uma nova modalidade de espaços marginais e liminares que, embora concebidos espacial e simbolicamente como “fora da cidade”, envolvem a constituição de novos mundos sociais – não apenas a

reprodução de mundos étnicos preexistentes –, por meio de rituais de fundação e de inscrição material num dado local, em espaços que geram a sua própria dinâmica, apesar de todo o controle institucional inerente ao sistema humanitário. Isso revela práticas e linguagens políticas que merecem maior atenção, e que as aproximam da idéia dos cidadãos cujas ações *fazem* a própria cidade.<sup>2</sup>

Um capítulo instigante e que revela novas possibilidades investigativas é o de Susana Durão – “A rua dos polícias: visão itinerante” (pp. 79-96)<sup>3</sup> –, ao lidar etnograficamente com profissionais (que raramente suscitam a empatia dos cientistas sociais) em suas diversas relações com a cidade (no caso, Lisboa), seja por sua percepção do território no cotidiano de trabalho, seja pelo empenho contínuo em produzir certa ordem moral e socioespacial (p. 79). Tais práticas espaciais variam conforme o tipo de policiamento, cabendo destacar o “serviço apeado”, forma mais antiga de patrulha caracterizada pela itinerância a pé pelas ruas, em duplas, com certa exposição pessoal e uma ação mais rotineira e voltada a desencorajar atos ilícitos, com andanças em áreas preferencialmente movimentadas. Isso difere dos agentes do carro-patrulha, cujos trajetos envolvem um trabalho em rede ligado às chamadas locais para ações de intervenção (em geral nas ruas com mais “ilicitudes”), com menor exposição social e um cotidiano mais variado e imprevisível (pp. 81-84 e 86-91). Se os primeiros se pautam por um saber pedestre, mais toponímico e observacional, os últimos praticam um saber de cunho topográfico e operacional (pp. 91-92).<sup>4</sup>

Já a etnografia de Rita d’Ávila Cachado – “Entre as casas e o templo, a rua: comunidade hindu e interações de bairro” (pp. 129-142) – aborda o contexto de uma região mais periférica de Lisboa,<sup>5</sup> por meio de um enfoque atento à realidade multiétnica e pós-colonial dessas áreas. Se nelas em geral predominam moradores de países africanos ex-colonizados por Portugal,<sup>6</sup> além de portugueses do Norte, no bairro em questão a maioria é formada por uma população de origem hindu, vinda de Moçambique em virtude da guerra civil, que passou a habitar uma área submetida a um programa especial de realojamento apenas parcialmente realizado (pp. 129-134). Contrariando a tendência

de que tais realojamentos apenas reproduzam a segregação e aumentem as tensões sociais, no contexto pesquisado se observa, nas ruas, interações cautelosas entre hindus, ciganos e africanos mais jovens (pp. 134-135), além de uma ocupação ritual recorrente de espaços públicos pelos primeiros (detalhadamente descrita, como o holi, ao final do inverno, e o janmastami, no verão, pp. 136-139), cujo intenso calendário ajuda a imprimir uma forte visibilidade deles no bairro – práticas essas que despertam simpatias e aversões (pp. 135-139).

Vale destacar, no campo das pesquisas históricas, o texto de Frédéric Vidal – “A rua como lugar de referência: identificando domicílios em Lisboa no séc. XIX” (pp. 65-78) –, que mostra como, ao longo da regulamentação da identificação das residências pelo correio na Lisboa oitocentista, estabeleceu-se toda uma nova hierarquização dos espaços urbanos, que buscava substituir outros signos de referência local, baseados em redes de relações interpessoais, memórias partilhadas ou usos socialmente reconhecidos (pp. 65-73). Para isso, o autor aborda o tema recorrendo ao princípio da variação das escalas de análise,<sup>7</sup> ao relacionar processos conexos e confrontar zonas de negociação entre fatores individuais e coletivos (pp. 67-68), evidenciando a rua “como um lugar de negociação entre vários interesses e hábitos”, principalmente nos bairros populares lisboetas, marcados por sociabilidades tradicionais (pp. 73-74).<sup>8</sup>

Maurizio Gribaudi, em “Vestígios de uma modernidade apagada: a Paris popular da primeira metade do séc. XIX” (pp. 27-45), revisita, por sua vez, um contexto já abrangido por vários autores (Baudelaire, Benjamin, Berman, entre outros) para analisar sob outro viés as representações problemáticas em torno da parte mais antiga e popular da cidade – alvo das repressões quando das “barricadas” (1830 e 1848) e posteriormente das demolições para a construção dos bulevares projetados por Haussmann. Recorrendo a uma combinação significativa de fontes e referências, o autor mostra que ruas, becos, pátios e labirintos da área em questão evidenciavam fortes laços de vizinhança, articulados a uma considerável estruturação funcional de produção de massa de bens de luxo (pp. 34-41),<sup>9</sup> ali onde médicos higienistas, arquitetos, urbanistas

e agentes imobiliários só viam degradação,<sup>10</sup> “universo cloacal”, incoerência, ausência de funcionalidade, exotismo e inacessibilidade (pp. 42-43).

Voltando ao contexto português, ou às cidades do sul da Europa, como propõe o antropólogo Tim Sieber em “Ruas da cidade e sociabilidade pública: um olhar a partir de Lisboa” (pp. 47-64), há uma discussão relevante a respeito de limites da abordagem da antropologia urbana norte-americana sobre a vida das ruas, dada certa tradição historicamente antiurbana naquele país, seja na produção desses espaços, seja no plano das representações, ligando-as geralmente ao crime, à pobreza, à marginalidade (pp. 48-51).<sup>11</sup> Numa outra chave analítica, as cidades do Mediterrâneo e a intensa sociabilidade de suas ruas constituiriam um foco privilegiado da pesquisa etnográfica (pp. 51-53), e um rico exemplo desses espaços estaria em Lisboa, que o autor circunscreve através de sucessivas aproximações que culminam numa velha rua do bairro de Alfama, onde “havia todo o tipo de diálogos entre todo o tipo de pessoas” (p. 58).

Os trânsitos analíticos entre rua, bairro e cidade são, como vemos, recorrentes nessa coletânea. Talvez o texto que persiga uma contextualização mais precisa de bairro seja o de Joan J. Pujadas, “A rua como espaço público de sociabilidade: um olhar comparativo” (pp. 143-154), cujo intento é confrontar Barcelona e Lisboa (ambas sul-européias), segundo o autor, “cidades que se olham constantemente” (p. 143), no plano de determinadas políticas urbanísticas. Os bairros do Raval (Barcelona) e da Madragoa (Lisboa) são então submetidos a comparações criteriosas (pp. 144-152), mas logo se percebe que, se num plano teórico, ambos estariam passando por certos processos de gentrificação, as etnografias de cada um apontam para arranjos de sociabilidade, espaços de encontro, lealdades de vizinhança, formas associativas e atores sociais extremamente diversos (pp. 150-152), sem parecer que o autor extraia todas as possíveis decorrências teóricas dessas constatações.

Dois capítulos buscam, por outras vertentes, enfrentar mais claramente os contrapontos entre intenção planejadora e usos efetivos do espaço por parte dos moradores, em localidades mais periféricas, principalmente nos “bairros de habitação social”.

É o que se depreende da leitura de “A rua, lugar físico construído”, de João Pedro Silva Nunes e Luís Vicente Baptista (pp. 97-111), que reconstitui sociológica e historicamente a lógica que norteou a construção do Bairro do Rego – que representou uma expansão urbana não planejada de Lisboa rumo à região norte nas primeiras décadas do século passado – e do conjunto residencial Olivais Sul – uma experiência planejada, ligada a habitações de venda econômica, na mesma cidade, durante a década de 1960.<sup>12</sup> Se no primeiro caso a rua representou um suporte de desenvolvimento econômico protagonizado pelos construtores de prédios, com uma renovação das edificações e uma ocupação terciária apenas tardia (pp. 100-102), no segundo ocorreu uma tentativa planejada de separação entre a circulação de automóveis e a de pedestres, privilegiando as unidades de vizinhança, intenção que, por várias razões, se realizou de forma muito restrita (pp. 103-106). Apesar de extremamente elaborada, sente-se a falta de um tratamento mais claro sobre o modo como as populações de ambos os bairros efetivamente ocuparam tais espaços, e como eventualmente ressignificaram cotidianamente as ruas e os bairros.

Esse tema é retomado no texto de Mônica Farina – “Espaços, marcas e símbolos num bairro de habitação social em Lisboa” (pp. 113-128)<sup>13</sup> –, no qual a autora analisa processos de realojamento no Bairro da Flamengo de Chelas, mais precisamente no conjunto residencial Matriz H, ocorrido a partir do início da atual década. Tal intento se faz por meio de contraposições entre referências culturais de arquitetos e urbanistas e as dos habitantes realojados (pp. 113-114). Como no caso de Olivais Sul, já mencionado, havia um desejo dos próprios planejadores de reinventar relações comunitárias e de vizinhança naquele local, ou seja, de transpor a própria rua (de uma cidade tradicional imaginada) a todo o edifício (pp. 115-116). Tais populações, oriundas das camadas populares, estabeleceram seus próprios modos e ritmos de apropriação dos espaços de tal conjunto – patamares de escadas, galerias e pequenos largos tornaram-se pontos de convívio e sociabilidade, com intermediações entre os planos público e privado, a delimitação de espaços mais masculinos ou femininos, de práticas

de lazer, de comércio informal etc. (pp. 116-122). Todavia as descrições, embora ricamente detalhadas do ponto de vista espacial e arquitetônico, não abordaram mais claramente os significados atribuídos pelos próprios moradores a tais práticas.

Um tema transversal a vários capítulos<sup>14</sup> consiste no desafio de compreender as formas básicas dos “bairros populares lisboetas”, cujo significado do “popular” passa pela necessidade da compreensão de processos complexos e de longa duração, que reverberam no modo como tais bairros se “apresentam à cidade”, principalmente nas festividades anuais das marchas populares, e na maneira como se organizam de forma associativa para tais festejos, englobados pelas comemorações dos santos populares.<sup>15</sup> Essa temática dá especial relevo ao texto de Fátima Sá e Melo Ferreira, “A política na rua: festa liberal e festa contra-revolucionária no Portugal do séc. XIX” (pp. 155-164), que enfoca dinâmicas das festas havidas no período em questão, cuja revolução liberal de 1820 instituiu um novo calendário comemorativo e festivo – apesar de não deixar de ser um regime monárquico –, onde a população desempenhava um papel de espectadora (pp. 155-158). A contra-revolução de 1824 significou o retorno ao absolutismo e resultou num outro conjunto de festividades que, na direção contrária à secularização antes pretendida, articulavam dias de santos ao rei Dom Miguel, e que se traduziu numa série de celebrações com significativa adesão de populares, com práticas burlescas e carnavalescas de “enterro” ou “queima” da Constituição, que perduraram durante o “miguelismo” e mesmo após a vitória liberal na guerra civil de 1834 (pp. 158-163).

Os comentários finais, do historiador Yves Lequin (pp. 165-170), levantam tópicos relevantes, mas praticamente constituem, a meu ver, um texto à parte. Uma de suas perguntas centrais – “será que a rua ainda é rua?” (p. 169) – busca estabelecer continuidades de longa duração no tempo e no espaço, que de certo modo vão numa direção muito diversa da maioria dos trabalhos expostos. Tal indagação é questionada inclusive pelos próprios organizadores da coletânea, quando ressaltam sobre as ruas uma diversidade de usos e de formas sociais, apesar de uma relativa estabilidade do objeto material em si (p. 15). Além disso, vários textos

abrem questões significativas, quando, por exemplo, Michel Agier coloca em questão as representações sobre a “cidade moderna”, dado que ligada a um modelo de organização social e econômica do século XIX, no qual a cidade era praticamente identificada à transformação civilizacional (pp. 17-18), ou quando Frédéric Vidal evita, em sua pesquisa, recortes de longa duração ou perspectivas comparadas apresentadas envolvendo diferentes cidades (pp. 67-68).

Do meu ponto de vista, penso que uma contribuição fundamental desse livro reside na necessidade de aprofundamentos nas práticas etnográficas – preferencialmente do presente (com atenção aos múltiplos significados do presente etnográfico) ou então do passado (o que implica num tipo distinto de interação com os sujeitos pesquisados). Tais práticas devem ser capazes de enfrentar diversas descontinuidades no tempo e no espaço, reconstituindo, do ponto de vista relacional, “experiências de ruas” que, posteriormente, permitam uma avaliação mais clara e precisa sobre a validade de referenciais contextuais mais abrangentes – como bairros, cidades, sociedades ou culturas –, ainda que esses possam efetivamente auxiliar na construção de indagações iniciais promissoras.

## Notas

- 1 Coletânea originada de um colóquio ocorrido em Lisboa ao final de 2005 (no âmbito do ISCTE – Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa), com uma seleção de comunicações posteriormente reescritas e desenvolvidas.
- 2 Nesse artigo, Agier também contesta tanto os autores ligados à “crise da localidade” (como Appadurai ou Ferguson, p. 19), quanto a idéia do campo como expressão de um “bio-poder” (Foucault), que organizaria e controlaria toda a vida social (p. 23).
- 3 Artigo cuja pesquisa culminou em tese de doutorado sobre o tema.
- 4 Não há espaço para a descrição de uma terceira modalidade, os agentes de programas de proximidade, que atuam junto a grupos como os idosos.
- 5 Onde também se situam bairros abordados nos artigos de João P. S. Nunes e Luís V. Baptista e de M. Farina, como veremos adiante.
- 6 Como na Cova da Moura, bairro lisboeta habitado originalmente por imigrantes de Cabo Verde e alvo de várias pesquisas.
- 7 Não é, portanto, fortuito o diálogo com Lepetit.
- 8 Avançando algumas décadas, o autor cita um fragmento significativo de um diálogo entre um marinho e um velho morador do bairro de Alfama (pp. 73-74): “– Venho à cata de uma tia que morava para as bandas de Santa Engrácia./ – Não se lembra do nome da rua?/ – Era uma ladeira como a das ondas quando se crispam em serras./ – Calçada do Cascão?/ – Parece que sim./ – Como se chamava a sua tia?/ – Inácia de Jesus./ – Não assim só pelo nome, de uma forma tão vaga, não é fácil conjecturar coisa de valia...” (Noronha, 1939, p. 21).
- 9 Destinadas ao número crescente de lojas parisienses (ver principalmente o quadro de profissões da Rua Greneta em 1851, p. 41).
- 10 Palavra que, convenhamos, merece crescente atenção quanto à capacidade de instituir realidades urbanas.
- 11 Sieber menciona obviamente excelentes trabalhos, como os de W. F. Whyte, E. Anderson e P. Bourgois.
- 12 O primeiro foi tema do mestrado de Baptista em 1987, e o segundo, do mestrado de Nunes em 2000.
- 13 Base para a dissertação de mestrado defendida em 2002.
- 14 Mais explicitamente nos capítulos de F. Vidal, T. Sieber e J. Pujadas, e de forma indireta nos de M. Farina e R. Cachado.
- 15 Ler, a respeito, o texto referencial de Cordeiro e Costa (1999).

## BIBLIOGRAFIA

- AGIER, Michel. (1999), *L'invention de la ville: banlieues, townships, invasions et favelas*. Paris, Éditions des Archives Contemporaines.
- \_\_\_\_\_. (2006), “O humanitário como terreno de pesquisa” (entrevista concedida a Susana Durão). *Sociologia – problemas e práticas*, 50: 133-150.
- CORDEIRO, Graça I. & COSTA, António F. da. (1999), “Bairros, contexto e intersecção”, in Gilberto Velho (org.), *Antropologia urbana: cultura e sociedade no Brasil e em Portugal*, Rio de Janeiro, Zahar.

NORONHA, Eduardo de. (1939), *Alfama: gente do mar*. Porto, Livraria Civilização.

**HEITOR FRÚGOLI JR.**

é professor do Departamento de Antropologia da USP e coordenador do GEAC – Grupo de Estudos de Antropologia da Cidade.

E-mail: hfrugoli@uol.com.br.

***Um debate em aberto: centralizadores e federalistas na construção do Estado-nação no Brasil***

COSER, Ivo. *Visconde do Uruguai: centralização e federalismo no Brasil – 1823-1866*. Belo Horizonte/Rio de Janeiro, Editora da UFMG/Iuperj, 2008. 432 páginas.

*Gabriela Nunes Ferreira*

Partindo da figura do político conservador Paulino José Soares de Souza, Visconde do Uruguai, Ivo Coser se debruça sobre um debate fundamental no Brasil do século XIX: a polêmica entre centralizadores e federalistas. Fruto de uma tese de doutorado premiada pelo Iuperj, *Visconde do Uruguai: centralização e federalismo no Brasil – 1823-1866* aborda o tema de forma profunda e direta. De saída, Coser identifica bem o ponto crucial do debate acerca do tipo de Estado que se almejava construir: a estrutura judiciária. Tomando essa questão como eixo principal, conduz o leitor através dos embates decisivos entre centralizadores e federalistas, desde a constituinte de 1823 até meados da década de 1860. Paulino José Soares de Souza, político fluminense que iniciou a carreira na década de 1830, aparece em primeiro plano nesses vários momentos por meio de seus escritos e discursos, como presidente da província do Rio de Janeiro, ministro da Justiça e dos Negócios Estrangeiros, deputado, senador, conselheiro de Estado, autor de obras de fôlego. Inspirado pela “história dos conceitos” de Koselleck, Coser demonstra preocupação em entender o sentido, o conteúdo das palavras utilizadas no debate político da época, tanto nacional como internacional.

Ao construir sua argumentação, o autor posiciona-se no debate com outras interpretações importantes sobre a querela entre centralizadores e federalistas e sobre a própria figura do Visconde do Uruguai. Desde o início, coloca-se contra as análises de Evaldo Cabral de Mello e de Raymundo Faoro. De Faoro, afasta a idéia do Estado patrimonial como opressor da sociedade e do regresso conservador como um dos momentos de maior